

Jornal FNP

Notícias da Frente Nacional de Prefeitos

Edição nº 103
25 de Abril 2017
Distribuição gratuita

Secretário-geral da ONU envia mensagem aos participantes do IV EMDS

Prefeitos, governadores, representantes dos Três Poderes da União estarão reunidos na Solenidade Oficial do IV EMDS e abertura do Brasil Mais Simples, organizado pelo Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), principal parceiro do evento. A cerimônia começa às 9h desta terça-feira, 25. O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, encaminhou mensagem que será apresentada na ocasião.

Salas Temáticas abrem debates



Albery Santini / FNP

Com programação técnica focada em secretários e gestores municipais, dez salas temáticas iniciaram os debates nesta segunda-feira, 24. Energias renováveis, saúde, econômica solidária, consórcios públicos, controle interno e proteção a crianças e adolescentes foram alguns dos assuntos abordados nas Mesas de Debates. **Págs. 2, 4, 7 e 8**

Confira programação de hoje



Jefferson Soares / FNP

Salas Temáticas, eventos parceiros e a Arena de Diálogos sobre a "A democratização e a sustentabilidade dos sistemas de transporte público" urbana estão na programação desta terça-feira, 25. A programação da Expo cidades, feira que reúne empresas e instituições que promovem soluções para cidades, e da Praça de Boas Práticas, segue até o dia 28. **Pag. 6 e 7**

TENHA O MAIOR EVENTO SOBRE SUSTENTABILIDADE URBANA DO PAÍS EM SUAS MÃOS

BAIXE O EMDSAPP

Disponível para download na App Store e Google play



Engajamento intersetorial é desafio para reduzir vulnerabilidade de crianças

Promover engajamento inter-setorial é o principal desafio para a redução da vulnerabilidade das crianças e adolescentes nas cidades.

O tema foi debatido em sala temática realizada ontem no IV EMDS, mediada pelo secretário-adjunto de Governança local de Porto Alegre, Carlos Siegle.

O evento contou com as participações do prefeito de Bananeiras (PB), Douglas Lucena, do secretário para Políticas das Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, Aurélio Guedes, o gerente de projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Mário Volpi, e do pesquisador da Childhood Brasil Benedito dos Santos Rodrigues.

Segundo Volpi, é fundamental aliar prevenção e acompanhamento de casos de violência, pois isso ajuda a reduzir a evasão escolar e dar perspectiva à futura capacitação profissional qualificada.

O prefeito de Bananeiras defendeu a adoção de políticas intersectoriais. “Temos a oportunidade de colocar instrumentos muito claros que permitem que as ações dos municípios tenham sucesso”, disse Lucena.

Benedito Rodrigues apresentou as principais contribuições da Lei 13.431/17, que garante escuta protegida e evita revitimização de crianças e adolescentes vulneráveis à violência, que são obrigadas a reviver os traumas dos abusos sofridos durante a investigação.

Com a lei, esses jovens terão o cuidado de serem recebidos em ambiente acolhedor, com um profissional especializado para conduzir o depoimento, que será gravado e transmitido para a sala da audiência.

O secretário Aurélio Guedes citou o Banco de Leite Materno de Brasília, que tem padrão internacional. Ele abordou o assunto para retratar um cenário intersectorial, pois quem capta o leite materno nas casas das doadoras é o Corpo de Bombeiros.

Foram apresentadas na Sala



Banco de leite materno de Brasília foi apresentado na sessão

Temática soluções inovadoras do programa “Bora Vencer Educacional Profissionalizante e Jovem Candango”, da Subsecretaria da Juventude do DF; a aplicação do

Programa Viravida nos municípios brasileiros, pelo Conselho Nacional do SESI; e a “Plataforma de Centros Urbanos”, da Prefeitura de Maceió ■

Controle interno pode melhorar a qualidade dos gastos públicos



Aprimoramento do controle interno qualifica as gestões

Os debates sobre as ferramentas de controle interno e ações para melhorar a aplicabilidade dos recursos públicos lotaram a primeira mesa de debate da Sala Temática “Transparência na gestão, prevenção e combate à corrupção”. As discussões prosseguem nesta terça-feira, 25.

De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), Roberto Paulo Amoras, um dos debatedores da mesa “Controle interno, essencial

à gestão pública proba e de resultados”, o tema significa melhoria da qualidade da gestão dos gastos públicos. “Nós também temos um papel de prevenção e combate à corrupção. O aperfeiçoamento e transparência são antídotos para a corrupção”, argumentou. Além disso, “melhoria do gasto público, deve ter controle interno mais preventivo e concomitante, uma vez que é mais difícil recuperar o prejuízo”, finalizou.

O procurador municipal de

São Paulo, Carlos Mourão, que também participou dos debates, defendeu a carreira de estado como ferramenta de combate à corrupção e promoção de um controle interno preventivo. “O vínculo estável com o Estado permite que o servidor atue na defesa do interesse público. Além disso, todo controle precisa de sistema em parceria com órgãos de controle”, defendeu.

Jorge Hage, ex-ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU), reforçou a importância do controle interno como ferramenta de gestão. “O controle interno deve buscar orientar o gestor em todos os níveis da organização, das secretarias ao prefeito. Além disso, deve ser integrado à transparência e fornecer canal de denúncia, uma ouvidoria e exercer função correcional, com aplicação de punições. Se não houver isso, não adianta falar em controle social”, argumentou. De acordo com Hage, esse modelo de controle é essencial para à gestão pública.

Jorge Hage destacou, ainda,

alguns desafios dos gestores públicos para promover controle interno, como a necessidade de regulamentação da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13), de acordo com a realidade de cada município; capacitar servidores para aplicá-la; avaliar programas de compliance, ou seja, conjunto de diretrizes e procedimentos de contratos entre empresas privadas e órgãos públicos, para verificar sua efetividade; atentar para prazo legal estabelecido pelas estatais das três esferas de governo, com a Lei das Estatais; entre outros.

Soluções Inovadoras

O debate foi acrescido com a apresentação de experiências exitosas em torno do tema. Entre as apresentações, o portal de transparência do Estado do Espírito Santo, premiado com nota máxima pelo Ministério Público Federal nos últimos dois anos, foi apresentado pelo secretário de Estado de Controle e Transparência do estado, Eugênio Ricas. “Transparência como forma efetiva de combater

a corrupção e de transformação social, uma vez que torna o cidadão fiscal da gestão pública”, explicou.

Outro case apresentado foi o projeto de “Gestão de projetos como instrumento de aprimoramento do controle interno”, apresentado pela assessora de Acompanhamento e Avaliação, da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, Ziana Souza Santos. De acordo com Ziana, “é necessário promover a transparência, para subsidiar tomada de decisões”.

Na oportunidade, o autor Isaac Newton Carneiro apresentou sua obra “Manual de Direito Municipal Brasileiro” para os participantes da sala temática. “Atuei bastante tempo diretamente com a gestão municipal e faço no livro uma abordagem com base na dificuldade para aplicação das normas por parte dos municípios”, explicou. Com nove capítulos, o livro trata sobre assuntos especificamente municipais abordados com intuito de auxiliar na compreensão da existência sociológica e jurídica de uma cidade ■

Presidente: Marcio Lacerda. Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela. Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge. Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati. Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes. Secretário-geral: Luiz Marinho. Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Aline Borges, Bruna Lima, Carolina Cameschi, Débora Cronemberger, Deborah Ramos de Souza, Fábio Zambeli, Gabriella Bontempo Santos Barbosa, Graziela Moura, Hermes dos Santos Pena, Ingrid Freitas, Isabela Verdade, Jalila Arabi, Livia Palimieri, Marcella Brando, Rodrigo Eneas, Talita Viana de Freitas, Tássia Navarro Santos. Diagramação: Pedro Vieira. Ilustração: Isabela Verdade, Phillipe Cedro e Taylen Arruda. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 24/04/2017.



Carta dos 100 Dias Por um Pacto pelo Direito à Cidade

O insustentável modelo de crescimento que colapsou as cidades brasileiras representa um desafio enorme para os gestores municipais recém empossados. É a eles especialmente, reafirmando sua posição política na Sociedade, que o **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR** se dirige no marco de 100 dias de suas administrações.

Senhoras e Senhores Gestores das cidades brasileiras:

O **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR**, autarquia federal que reúne os 145 mil arquitetos e urbanistas na ativa no país, assumiu um compromisso perante as Nações Unidas para contribuir com a implementação no Brasil das diretrizes da **Nova Agenda Urbana** definida na conferência HABITAT III realizada em Quito, no Equador, em 2016. O objetivo é promover um desenvolvimento urbano e territorial sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental. Ou, como diz o documento, um lugar onde “ninguém seja deixado para trás”.

Por meio desta Carta, o CAU propõe aos novos gestores municipais uma aliança por uma agenda urbana transformadora do destino das cidades e dos cidadãos brasileiros. Trazemos a proposta de um **Pacto pelo Direito à Cidade**.

Conforme dados da Confederação Nacional dos Municípios, 4.911 dos 5.568 municípios brasileiros (88,2%) possuem até 50 mil habitantes, com um orçamento anual médio de R\$ 36 milhões. Apenas 17 municípios (0,3%) têm acima de um milhão de moradores e, na média, um orçamento anual de R\$ 9,4 bilhões. Tal realidade diversa das cidades brasileiras, em termos de escala territorial e vida econômica, exige que as políticas públicas urbanas no país separem as questões específicas das metrópoles, das cidades médias e das cidades pequenas.

Um ponto, contudo, elas têm em comum: são **vítimas do desmantelamento do planejamento urbano** ocorrido no Brasil nas últimas décadas nas três esferas administrativas. Em oposição a esse cenário, o **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil** defende um pacto pela qualidade e usufruto digno e democrático da cidade, baseado em instrumentos políticos de gestão pública transparentes e inclusivos.

O **Pacto pelo Direito à Cidade** é baseado em três grandes premissas expressas inicialmente na “Carta Aberta aos Candidatos a Prefeitos e Vereadores – Qual a cidade que precisamos? Um pacto pela qualidade das cidades”, divulgada em agosto de 2016: a governança, o planejamento urbano e o monitoramento cidadão.

O Brasil conta hoje com uma legislação urbanística avançada mas pouco conhecida e institucionalizada. Os gestores das cidades metropolitanas, médias ou pequenas devem assumir o compromisso político de implantar os instrumentos de planejamento que garantam a sustentabilidade de suas comunidades previstos no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole.

A participação direta do cidadão na concepção do planejamento, nas consequentes discussões nas Câmaras Municipais e no acompanhamento de sua implementação materializa o princípio constitucional da função social da cidade.

Sob a ótica do momento, os participantes do IV Seminário de Política Urbana e Ambiental – “A Gestão Urbana Inserida no Compromisso com a Nova Agenda Urbana”, realizado pelo CAU/BR em Brasília nos dias 4 e 5 de abril de 2017, concluíram serem os seguintes os desafios mais importantes no processo de gestão urbana do país:

- A sensibilização do Congresso Nacional em relação à Medida Provisória da Regularização Fundiária Urbana (759/2016) e à revisão da Lei de Licitações (Projeto de Lei 6.814/2017) que podem comprometer o planejamento, a gestão e a qualidade dos espaços e equipamentos públicos dos municípios brasileiros;
- Um efetivo empenho do Governo Federal e das Prefeituras na aplicação da

Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social (11.888/2008);

- Avançar na implementação da Governança Interfederativa das Metrópoles, previsto no Estatuto da Metrópole, com compartilhamento de responsabilidades e ações entre Municípios e Estado em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. A Governança Interfederativa, se construída como um modelo de gestão baseado não em um poder centralizado vertical, mas em acordos, concessões e decisões multilaterais, não tira, ao contrário, amplia o poder político-administrativo dos prefeitos. A Governança Interfederativa permitirá que os gestores urbanos conquistem para seus municípios a cidadania metropolitana – o **Direito à Metrópole** – e inúmeros ganhos. O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) facilitará ações como integração do transporte público intermunicipal, racionalização de serviços de saneamento básico, proteção ambiental e programas habitacionais articulados com mobilidade, infraestrutura e locais de trabalho;
- Fomentar na administração municipal inovações a partir da cultura do compartilhamento e da solidariedade. Além da troca de informações sobre boas práticas, é preciso pensar em soluções para superar a fragilidade fiscal das pequenas cidades, como consórcios de gestão para custear a elaboração de planos e projetos que viabilizem o acesso a recursos orçamentários, financiamentos e inclusive programas subsidiados por organismos internacionais;
- Integrar, com metas claras, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável nos planos dos governos locais e metropolitanos;
- Valorizar o aspecto educacional das ações de sustentabilidade, à medida em que forem implementadas, contribuindo para formar melhores cidadãos para atuarem nas cidades;
- Utilizar o ordenamento jurídico ambiental como instrumento de gestão urbana para assegurar a proteção das encostas íngremes, fundos de vale e mananciais, de maneira a evitar deslizamentos, desmoronamentos, assoreamentos, enchentes, desabastecimentos e uma diversidade de problemas relativos à saúde pública;
- Evitar a reprodução na cidade do modelo patrimonialista que permeia a sociedade brasileira. É preciso, por exemplo, abandonar o modelo de implantação de habitação para população de baixa renda em áreas periféricas, enquanto há vazios nas áreas centrais com infraestrutura subutilizada. Da mesma forma, os recursos destinados à mobilidade urbana devem privilegiar investimentos em transporte público ao invés da expansão de vias expressas para carros.
- Estimular o uso de dados para construção das ferramentas de planejamento e gestão;
- Criação de redes de cidades integradas a um conjunto de outras redes e instâncias da sociedade que contribuam com a informação e a divulgação de boas práticas de gestão e planejamento objetivando a inclusão social, o crescimento econômico sustentado e a proteção do meio ambiente.

A cidade é para as pessoas! Em favor delas, nesse momento cabe a vocês, Prefeitos e Prefeitas, o protagonismo da abordagem e implementação do **Pacto pelo Direito à Cidade**.

Os arquitetos e urbanistas do Brasil estão prontos para cumprir sua parte, levando Arquitetura e Urbanismo para Todos, missão estratégica do CAU.

Brasília, abril de 2017



CAU/BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Técnicos discutem energias renováveis e redução de CO²

Alessandro Dias / FNP



Segundo assessor da Aneel há benefícios para quem gera a própria energia

Já pensou em produzir a sua própria energia? Essa pergunta pode até soar estranho para alguns, mas, na verdade, carrega em si um conceito transformador: a sustentabilidade. O cuidado com o meio ambiente, tão em voga nestes dias, também passa pela a escolha da fonte de energia que será utilizada nas áreas urbanas. Nesta segunda-feira, 24, especialistas, gestores públicos e prefeitos, debateram sobre esse tema na Mesa 1- Energias

renováveis e redução de CO₂ na Sala Temática 15 – Eficiência Energética, Iluminação Pública e Energias Renováveis, do IV EMDS.

Segundo o assessor da superintendência de Regulação da Distribuição (SRD) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Hugo Lamin, há benefícios para quem gera a própria energia. “Em 2012, a Aneel criou uma resolução que permite a compensação de créditos. Se você gera energia de outras

fontes, você pode reduzir os gastos na sua conta de energia elétrica”, explicou. Essa resolução, a 482/2012, possui quatro modalidades, entre elas o auto consumo e o condomínio residencial.

Desde a publicação da resolução até hoje, já foram instaladas mais de 9,8 mil centrais geradoras, sendo 99% dessas de energia solar fotovoltaica e 48 casos de energia eólica. “A Aneel vem reduzindo a burocracia para facilitar o aces-

so à ação. Nossos documentos e contratos são padronizados e os prazos foram reduzidos. O intuito é reduzir cada vez mais as dificuldades para a pessoa geradora de energia”, salientou. Os créditos têm validade de cinco anos.

Biogás

Para quem quer alternativas à energia elétrica, encontra no biogás uma opção. De acordo com presidente da Associação Brasileira de Biogás e de Biometano (ABiogás), Alessandro Gardemann, são inúmeras vantagens. “O potencial dessa energia no país é gigantesco. É claro para nós que o biogás é adequado tanto quanto a energia solar. Ele pode ser estocado e tem a mesma flexibilidade ambiental de um combustível”, ressaltou.

Para que essas energias tenham êxito, é imprescindível a qualificação. “Uma energia dessas, mal executada, não traz benefícios”, afirmou a coordenadora do Instituto Senai da construção civil, Célia Regina. Segundo ela, só este ano no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), 18 turmas serão qualificadas na área de energias renováveis.

Com mais profissionais, será possível ampliar a geração de energia no Brasil, conforme o gerente técnico e econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Marco Olívio Morato, explicou. “Precisamos romper com as barreiras e mostrar que o próprio brasileiro pode gerar a sua energia. Para isso é fundamental que você tenha mão de obra capacitada”.

A discussão sobre energia teve a participação do Banco Mundial e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ).

O debate contou com a presença do assessor da superintendência de Regulação da Distribuição (SRD) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Hugo Lamin; do presidente da ABiogás, Alessandro Gardemann; do gerente técnico e econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Marco Olívio Morato; da coordenadora do Instituto Senai da construção civil, Célia Regina, Alberti Leão; e do jornalista, Maurício Corrêa ■

Alternativas para a regionalização da saúde foram pauta de Sala Temática

Organizar por regiões o conjunto de ações e de serviços de saúde dentro do país foi uma das alternativas debatidas no primeiro dia do IV EMDS. O tema foi assunto da mesa “Para o cuidado integral da saúde das pessoas: Redes regionalizadas são uma boa alternativa?”, que faz parte da Sala Temática “Garantia da qualidade e do acesso universal à Saúde”.

Segundo o secretário de Saúde de São Paulo/SP, Wilson Modesto Polara, “a regionalização é fundamental para que o atendimento na saúde do país dê certo”. Para Antônio Carlos Pinto, médico sanitário, colaborador do Centro de Estudos Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão (Cealag), essa alternativa é uma forma de tratar com equidade as várias regiões do país, respeitando as características de cada município.

Galvão explica que a população de um pequeno município

necessita de todo o tipo de assistência médica, assim como a população de um município grande. “Dessa forma, é possível compreender a necessidade de agrupamento dos municípios, quer seja por intermédio de consórcio ou por programação pactuada e integrada, que é uma estratégia utilizada pelo Ministério da Saúde para compreender quais as possíveis demandas, necessidades de uma população de uma determinada área”.

Para o mestre em saúde pública e coordenador do Cealag, Hélio Neves, é preciso pensar cada região de maneira específica e dar apoio aos municípios para que eles não resolvam tudo sozinhos. “As cidades são diferentes e demandam recursos e necessidades diferentes, a regionalização da saúde precisa pensar nessas peculiaridades”, afirma.

Segundo o Secretário Executivo do Ministério da Saúde,



População das cidades necessita de diversos tipos de serviços de saúde

Rodrigo Faleiro a regularização é uma alternativa para fortalecer ainda mais o Sistema Único de Saúde (SUS). “O Ministério da Saúde está trabalhando para desburocratizar e diminuir o número de portarias. O objetivo é facilitar a vida dos gestores. Infelizmente, dentro da

saúde brasileira a rotatividade de gestores é muito grande o que dificulta a continuidade das ações”, afirma.

O debate contou, ainda, com a presença do professor especialista em políticas públicas da Universidade de Regina, no Canadá, Gregory Marchildon.

Cealag

O Centro de Estudos Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão (Cealag) faz parte do departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e está coordenando debates no que diz respeito à saúde no encontro de municípios ■

TÁ NA CAIXA, tá em casa.

SAC CAIXA – 0800 726 010
(informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva
ou de fala – 0800 726 2492
Ouvidoria – 0800 725 7474
facebook.com/caixa
twitter.com/caixa | caixa.gov.br



A história da CAIXA no segmento de habitação é feita de milhões de histórias de brasileiros que realizaram o sonho da casa própria. Em 2016, não foi diferente. E novos capítulos foram escritos:

- R\$ 81,8 bilhões em contratações do crédito imobiliário
- 699.731 financiamentos realizados
- 67% de participação no mercado
- R\$ 406,1 bilhões em saldo de carteira de crédito imobiliário
- Eleita o banco com Melhor Financiamento Habitacional e Melhor Crédito Pessoal do País pelo Prêmio Datafolha Melhor de São Paulo

CAIXA



DIA 25 TERÇA-FEIRA



Otimização de receitas nos municípios abre debate na Sala Temática 16 do IV EMDS

Eduardo Tadeu / FNP



Recuperação de mais-valias pode ajudar na solução de problemas locais

As estratégias para otimizar receitas municipais despertaram o interesse do público no IV EMDS, em Brasília (DF). O assunto foi tema de debate no primeiro dia de evento e rendeu discussões sobre alternativas para arrecadar recursos para investir no desenvolvimento dos municípios.

Participaram do debate a jurista e professora Sonia Rabello, o economista Paulo Henrique Sandroni, o economista urbano Martim Smolka e o coordenador de Desenvolvimento Urbano do WRI Brasil, Henrique Evers. A atividade foi moderada pelo representante do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

(BIRD), André Muñoz.

Diante de uma sala lotada, os debatedores defenderam a ideia de captura e recuperação de mais-valias para ajudar na solução de três problemas críticos nos municípios brasileiros: a fragilidade fiscal, os déficits de infraestrutura e o crescimento urbano desordenado.

A mais-valia é o aumento do valor de um bem em razão de melhoria a ele atribuída. “Todo e qualquer investimento que se faz tem forte impacto sobre a terra, sobre o bem. E os beneficiários de algo que foi resultado de esforço de todos devem voltar esses benefícios para a coletividade”, acredita Martim Smolka. Segundo ele,

alguns municípios têm receio de capturar mais-valia porque acreditam que o custo será grande. “O investimento nas melhorias acaba compensando esse custo, pois quando se investe na terra, com saneamento básico, por exemplo, cresce a valorização”, explicou.

Coletivo

Para os debatedores, a coletividade e o interesse público sobre o privado foram o foco da conversa. Para Sonia Rabello, falta gestão para investir mais nos municípios. “Os municípios possuem dinheiro, mas eles acabam ‘sentando’ nos recursos, o que dificulta o crescimento”, disse. Sonia acredita que a coletividade deve imperar nesse sentido. “As cidades é que detêm as regras e o potencial construtivo, não uma pessoa individual.”

Segundo a jurista, os municípios deveriam cobrar a outorga onerosa, instrumento regulamentado pelo Estatuto das Cidades que se refere à concessão emitida pelo município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida financeira a ser

prestada pelo beneficiário. “A outorga não é um tributo, é apenas uma forma de o município não dar de graça aquilo que é seu e da coletividade”, justificou Sonia.

O economista Paulo Henrique Sandroni comentou sobre a importância do imposto progressivo. “Aqueles que vivem melhor deveriam pagar um imposto maior.” Para ele, a boa gestão dos recursos faria muita diferença na implantação de melhorias nas cidades. “O imposto é uma fonte inesgotável de renda, mas é preciso saber usá-lo.”

Paulo comentou, também, que o Governo Federal deveria destinar uma verba maior para os municípios, já que eles possuem a maior parte das atribuições. Mas fez ressalvas. “Isso não deve tirar dos municípios a responsabilidade de também capturar recursos para essas melhorias.”

Sustentabilidade

De acordo com Henrique Evers, existe uma dificuldade em financiar alternativas sustentáveis. “As alternativas seriam ou um diálogo com o Governo Federal para solicitar mais verba, ou trabalhar com essa captura

de mais-valias e tributos, que é mais viável”, declarou. Para ele, o segredo é o trabalho conjunto. “Para pensar a construção de uma cidade, planejamento, finanças e meio ambiente, por exemplo, devem andar juntos. A minha dica é essa, sempre trabalhem juntos.” A mais-valia deve ser aplicada sempre pensando na coletividade, na visão de Henrique e de todos os debatedores. “Sempre pensando no desenvolvimento urbano, com uma visão de cidades. Essa é uma grande ferramenta”, finalizou.

Sala Temática 16

A sala temática 16, que tem como tema “Estratégias para otimizar as receitas municipais” segue até o dia 26 de abril, pela manhã. Na terça-feira (25) pela manhã, das 9h às 12h15, será debatido “O desempenho e o potencial do IPTU”. Na parte da tarde, das 14h15 às 17h30, o tema será “Gestão de receitas municipais no Brasil: visão geral.” Na quarta-feira (26), pela manhã, o debate vai ser sobre “Como evitar o crescimento da dívida ativa municipal utilizando mecanismos próprios de arrecadação” ■

Governo Federal detalha programa para primeira infância

Ellen Gomes / FNP



MDSA promoveu oficina no IV EMDS

O Programa Criança Feliz, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), foi debatido no primeiro dia do IV EMDS. Lançado em 2016, a ação voltada para a primeira infância, tem o objetivo de ampliar a rede de atenção e o cuidado integral com crianças de zero a seis anos de idade.

Segundo representante do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz, João Bachur, a intervenção na primeira infância é essencial para o desenvolvimento da criança e do país. “O intuito com este programa é promover o desenvolvimento humano a partir da atenção integral às gestantes e à família, promovendo, assim, o desenvol-

vimento infantil”, afirma.

Do total de 5.570 municípios brasileiros, 2.547 já aderiram ao programa. “Com a participação no EMDS esperamos que todos os municípios possam aderir o Criança Feliz”, conclui.

Durante a apresentação, o representante do Comitê explicou a importância do Marco Legal da Primeira Infância. Executado em colaboração com todos os níveis de governo e de forma intersetorial, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, em parceria com os ministérios dos Direitos Humanos, Educação, Saúde e Cultura, atende prioritariamente as famílias beneficiárias do Bolsa Família. O governo federal espera que até o final do ano cerca de um milhão de crianças sejam acompanhadas.

Bolsa Família é destaque em Oficina

Gestores, assistentes sociais e de saúde, entre outros representantes dos municípios brasileiros tiveram a oportunidade de tirar dúvidas e obter informações sobre o Cadastro Único do governo federal.

Segundo a assessora da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDSA, Marina Carvalho de Lorenzo, o programa tem 15 anos de existência e, atualmente, atende 13,5 milhões de famílias em todo o país. “O Bolsa Família é um modelo de redução de extrema pobreza para o mundo inteiro”, afirma.

Para ter acesso a essa iniciativa é necessária a inscrição prévia no Cadastro Único. Ele reúne as informações das famílias de baixa renda do país e auxilia o governo no mapeamento de suas ações. Atualmente,

esse cadastro tem mais de nove mil pontos de atendimentos espalhados por todos os municípios e mais de 2,6 milhões de famílias cadastradas.

O Bolsa Família é um programa condicionado, ou seja, para receber o benefício a família precisa manter a vacinação dos filhos em dia e a frequência escolar.

Para o secretário de Desenvolvimento Social de Palmas (TO), José Geraldo, a oficina promovida pelo ministério atualiza os gestores públicos a respeito de políticas importantes ao município. “Temos aqui informações precisas e atualizadas sobre os programas e as perspectivas de futuro em relação as nossas ações. Essas informações nos ajudam no dia a dia, não só no planejamento das nossas ações, mas também, na condução das nossas equipes”, diz ■

Gestores discutem economia solidária nos municípios

Albery Santini / FNP



Debates lotaram Sala Temática

Economia solidária para o desenvolvimento sustentável é tema de uma das 22 Salas Temáticas. Realizada nesta segunda-feira, 24, durante o primeiro dia do IV EMDS, a mesa de discussão “Políticas de economia solidária e desenvolvimento” marcou a abertura da atividade e reuniu mais de 80 pessoas, entre secretários, técnicos e gestores municipais.

“Este nosso encontro é uma das bases fundamentais para que a gente possa entender quais são as perspectivas do desenvolvimento sustentável no Brasil e na América Latina e como a economia solidária se coloca como um campo e um caminho estratégico dessa construção de políticas de fomento de sustentabilidade nos territórios, nos municípios e no Plano Nacional de Economia Solidária”, disse a analista técnica de Políticas Sociais no Ministério do Desenvol-

vimento Social e Agrário (MDSA) e moderadora do debate, Regilane Fernandes.

Durante o debate, o secretário de Desenvolvimento Social de San Martín (Argentina), Oscar Mínteguia, falou sobre o atual cenário da economia solidária na América Latina e as tendências para a região, além da importância da criação de políticas públicas específicas. “As políticas de promoção da economia solidária estão estritamente ligadas ao desenvolvimento econômico e social de uma região. São uma política de cuidado com o outro, com os que têm menos oportunidades”, afirmou o secretário.

Já o sociólogo, diretor-chefe do Le Monde Diplomatique Brasil e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de São Paulo/SP, Sívio Caccio Bava,

citou as diferenças entre as grandes e as micro e pequenas empresas, que compõem a economia solidária. “A economia solidária como estratégia de desenvolvimento é também uma estratégia de sobrevivência e tem uma série de virtudes e potencialidades. Ela propõe a atuação do território no próprio local, absorvendo a mão de obra local, exigindo pouca tecnologia e fazendo circular a receita desse comércio na localidade em que está inserido”, declarou.

Segundo o secretário adjunto da Secretaria Nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), João Bertolino Neto, “o objetivo da secretaria é dar continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, pois a Senaes acredita nos debates e nas políticas públicas para a Economia Solidária”.

Representantes da Rede de Gestores de Contratos Públicos, da Rede Nacional de Universidades Unitrabalho e do Banco do Bem também participaram da Sala Temática. As instituições apresentaram experiências, produtos e soluções para os gestores. Participaram também o professor da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), que atuou como secretário-adjunto da Senaes, do MTE, Roberto Marinho, e o gerente de divisão do Empreendedorismo do Banco do Brasil, Maciel Thomaz da Silva ■

Tecnologia em energia solar atrai participantes



Rodrigo Perotti / FNP

Uma junção de design em mobiliário urbano e alta tecnologia em energia solar está chamando atenção dos participantes do IV EMDS. A OPTree (*Organic Photovoltaic Tree*), uma árvore com captação da energia solar por meio de filmes orgânicos fotovoltaicos em suas folhas, integra a estrutura e a premissa do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

“Essa é uma solução que vem somar ao desenvolvimento dos municípios”, afirmou o prefeito de Serra Talhada/PE, Luciano Duque, que já estuda a instalação de OPTrees em seu município. O governante, que frequentou todas

as edições anteriores do EMDS, afirma que acaba de tomar conhecimento desse modelo e tecnologia para a energia solar.

O gerente comercial da Sunew, Daniel Paixão, explica que a OPTree possui cinco folhas de vidro laminado, capazes de gerar 300w/h por dia, o suficiente para manter quatro lâmpadas LED, ligadas por oito horas. “Essa é a energia do futuro, pois pode ser integrada em qualquer lugar”, disse.

Com o tema “Energia nas Cidades do Futuro”, Daniel será o primeiro palestrante do ciclo de TED-alikes promovido nesta terça-feira, 25, no auditório do Subsolo ■



Latin America Safe City Summit 2017

A Huawei, em parceria com a FNP, gostaria de convidá-lo para o “Latin America Safe City Summit 2017” que acontecerá nos dias 31 de maio de 2017 em São Paulo. Na ocasião, você terá a oportunidade de interagir com os especialistas globais em Segurança Pública e experimentar os últimos lançamentos de tecnologias durante demonstrações de soluções inovadoras para construir cidades mais seguras e inteligentes.

Data: 31 de maio de 2017
Local: WTC Hotel, São Paulo, Brasil

Conheça nossas soluções na EMDS: estandes 77 e 78



LEADING

new

ICT THROUGH SAFE CITY



IBGE lança banco de dados de cidades

Rodrigo Lacerda / FNP



História, estatísticas, mapas e fotos sobre todos os municípios do Brasil podem ser encontrados de forma rápida e prática pelo sistema Cidades, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A quarta versão da ferramenta está sendo apresentada na Expo Cidades do IV EMDS.

“É uma ferramenta que já é acessada por de mais de mil municípios e pode ser usada como ferramenta de gestão. Aqui, tem um grande conjunto de informações. A ideia é que passe a ser um grande repositório de informações Brasil, pois o IBGE é o coordenador estatístico nacional”, destaca David Wu

Tai, Coordenador-Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações do instituto.

O Cidades foi lançado em 1997 e agora o IBGE colocou no ar a quarta versão da ferramenta, que pode ser acessada pelo endereço <http://cidades.ibge.gov.br>. O sistema oferece um amplo banco de dados sobre os municípios brasileiros. Por meio dele, é possível fazer comparações, além de obter gráficos, tabelas, históricos e informações em mais de 20 mil variáveis.

As informações da plataforma vão além dos dados trabalhados pelo IBGE, como os censos. O Cidades conta também com informações

do Banco Central e de diversos ministérios.

“A missão do IBGE é retratar o Brasil para permitir que o cidadão desenvolva a sua cidadania”, diz Wu Tai. “O cidadão comum precisa de informações diretas e a função do Cidades é essa, oferecer tudo de forma direta e rápida e entender um pouco sobre o município dele”, completa.

Além do Cidades, também é possível conhecer toda a história do IBGE no estande que se encontra no térreo do IV EMDS. O Instituto celebra 80 anos e prepara uma viagem no tempo para o público embarcar na história do Brasil ■

Food trucks mostram potencial de geração de emprego e renda



Rodrigo Lacerda / FNP

Os milhares de participantes do IV EMDS terão uma estrutura especial de alimentação, uma atividade que tem crescido em todo o país: os food trucks. Serão food trucks e food bikes que vão oferecer, até a próxima sexta-feira (28), refeições e sobremesas variadas com preços de R\$ 4 até R\$ 30.

“Os melhores food trucks da cidade, que têm mais experiência com eventos, estão aqui. Queremos mostrar para os prefeitos que esses negócios oferecem produtos de qualidade, com a limpeza necessária, e que podem gerar empregos e renda nos municípios”, afirma Felipe Lobão, diretor de eventos da Associação Brasileira de Food Trucks.

No Distrito Federal, onde há cerca de 230 food trucks, a atividade foi regulamentada em dezembro de 2016. Felipe Lobão elogiou o avanço, pois em muitas cidades a atividade ainda não está regulamentada, mas defendeu a redução da burocracia para incentivar essa

categoria de negócios.

Essa é a mesma opinião de Carol Cardoso, dona do Angus Truck. “A lei no Distrito Federal ficou boa, mas há decretos que dificultaram, com a exigência de taxas muito altas. Minha sugestão aos prefeitos é que não compliquem tanto e consigam permitir a essa categoria um ambiente de concorrência justa em relação aos camelôs”, afirmou.

À frente do Zagaia, food truck que oferece sorvetes artesanais e açaí, Aloísio Cavalcante diz que o crescimento desse mercado é interessante para todos – empreendedores, consumidores e municípios. Segundo ele, para os empreendedores, o truck é uma boa alternativa para aumentar a renda – mesmo para quem possui loja física.

O site do Sebrae, parceiro da FNP na realização do EMDS, informa que food truck é definido como uma cozinha móvel, de dimensões pequenas, sobre rodas que transporta e vende alimentos, de forma itinerante ■

Projeto apresenta modelo de ruas completas para municípios

Jefferson Soares / FNP



Imagine poder andar por uma rua com carros, ônibus e pedestres, todos juntos, em harmonia. Iluminação, calçadas adaptadas e drenagem nas vias. Além disso, boa sinalização, lixeiras, bancos e ciclovias.

O IV EMDS prova que os prefeitos estão em busca de boas ideias para seus municípios.

O projeto Ruas Completas, instalado na Expo Cidades, uma das atividades do IV EMDS, tem como

proposta fazer um recorte de uma rua considerada ideal, com uma mostra de pavimentação, acessibilidade, mobilidade e calçadas. A realização do projeto é uma parceria entre a FNP, o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), a Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração (Sobratema) e o WRI Brasil.

A diretora de Relações Estratégicas do WRI Brasil, Rejane Fernandes, acredita que a o segredo para o sucesso de uma boa rua é acertar no foco. “É preciso haver equilíbrio, mas o foco deve ser sempre as pessoas. Elas devem ser as protagonistas de uma rua completa.” Para ela, a ideia de fechar ruas para carros e

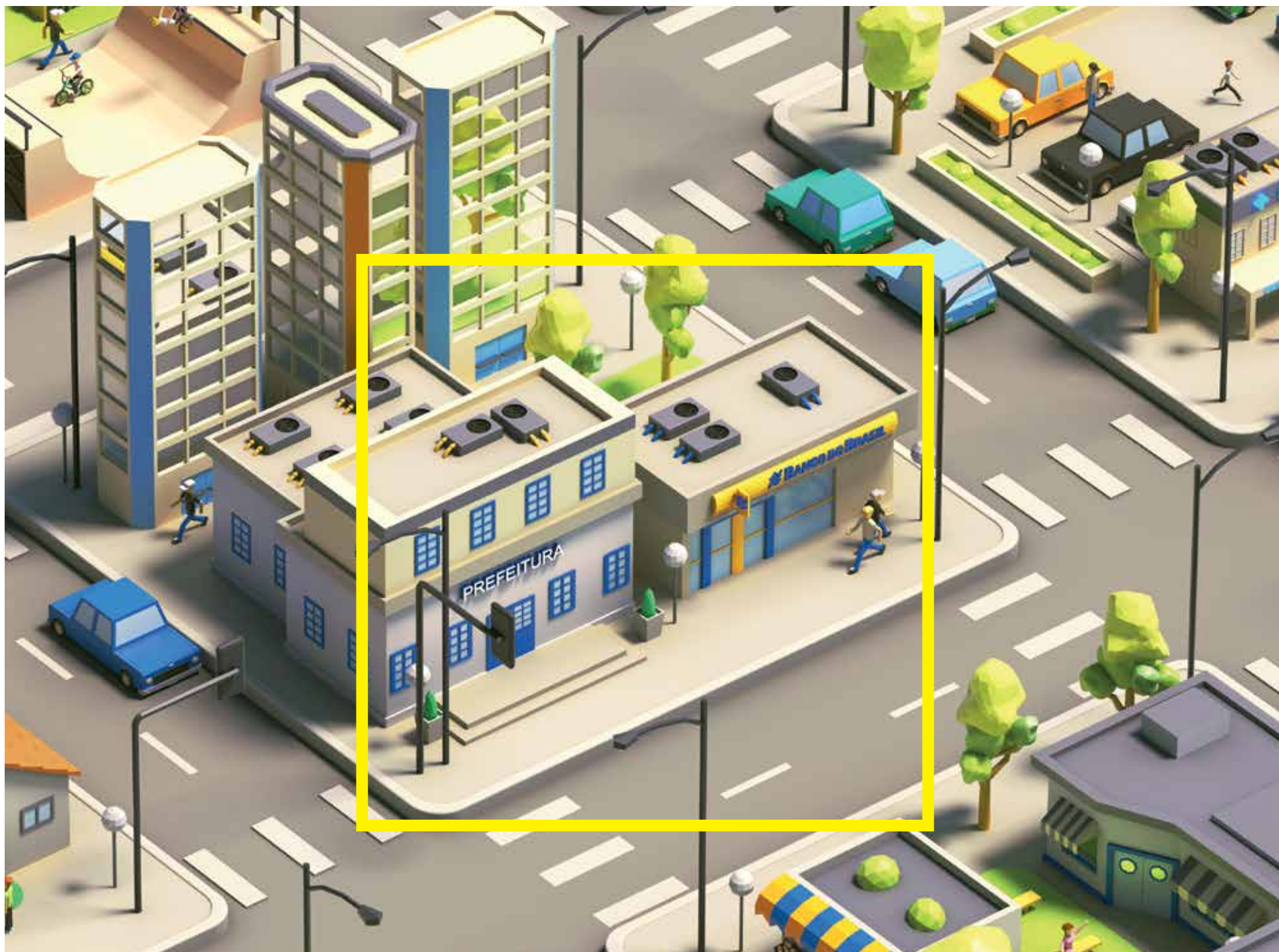
abrir somente para os pedestres pode ser atrativa para todos. “A maioria dos comerciantes acredita que o lucro maior vem de uma rua onde há grande movimentação de carros, e não é bem assim. Há ruas abertas somente para pedestres em Nova York, por exemplo, e que são lucrativas. Precisamos devolver as cidades para as pessoas”, afirma.

O prefeito de Amapá (AP), Carlos Duarte, visitou o projeto e garante que levará muitas ideias para seu município. “É importante a gente ter mais percepção das coisas, para vermos o que podemos levar como modelo.” O prefeito reitera que iluminação é um item essencial para a população de seu município, que conta com quase dez mil habitan-

tes. “Mas consideramos, também, que asfalto e drenagem são muito importantes. Mas para que tudo isso aconteça, é essencial que haja diálogo com a comunidade.”

Acesso

As Ruas Completas são desenhadas para garantir acesso seguro a todos os usuários - sejam eles pedestres, motoristas, ciclistas ou usuários de transporte público. A intenção é que essa rua seja, além de tudo, sustentável e econômica. Para a rua ser completa, ela pode ter, entre outros, nivelamento das vias com as calçadas, acessibilidade, sinalização clara, faixas de segurança, ciclovias e boa iluminação ■



Conte com o **Banco do Brasil**

para realizar os projetos
da sua prefeitura.

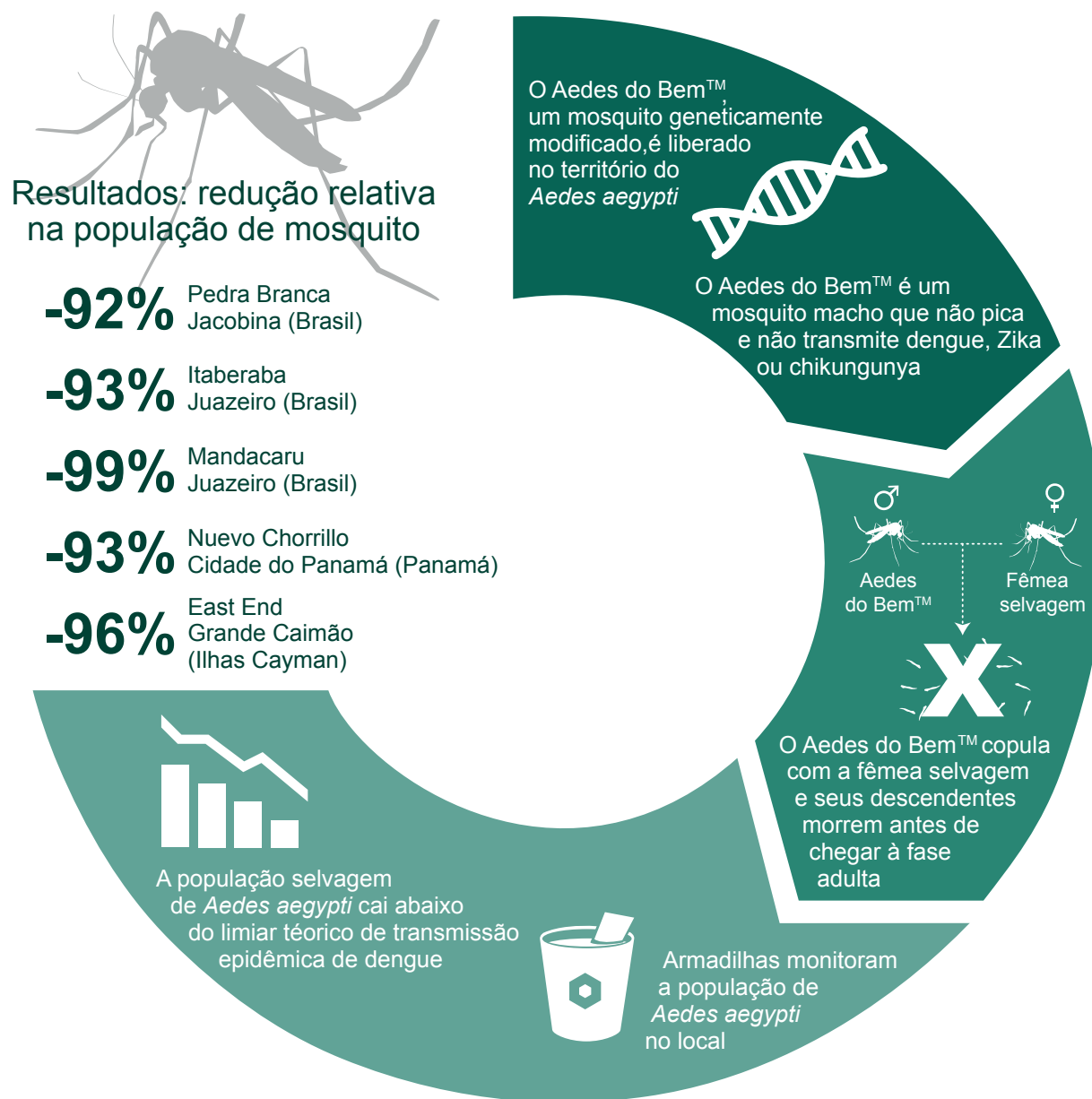
- Gestão Municipal
- Infraestrutura
- Educação
- Saúde
- Responsabilidade Socioambiental
- Desenvolvimento Econômico





AEDES
DO BEM!

Conheça uma nova ferramenta no combate ao *Aedes aegypti*



www.oxitec.com.br

www.aedesdobem.com.br



facebook.com/aedesdobem



instagram.com/aedesdobem



twitter.com/aedesdobem



contato@oxitec.com



(19) 3514-0100



OXITEC